



DIRETO DA REITORIA POR PAULO CARDIM

Analfabetismo: um problema insolúvel para o Brasil?

08/11/2020 - Em [Artigos](#)

Blog da Reitoria nº 465 de 09 de novembro de 2020

Por Prof. Paulo Cardim

**“Ensinar exige rigorosidade metódica” (Paulo Freire)
“Avaliar também” (Paulo Cardim)**

O Inep divulgou, na semana finda, o resultado das avaliações aplicadas aos alunos matriculados no 2º ano, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, e no 9º ano em Ciências Humanas e Ciências da Natureza do ensino fundamental. Essas avaliações jamais foram aplicadas, esta é a primeira vez. É uma saudável mudança, tendo em vista a necessária avaliação do cumprimento da [Base Nacional Comum Curricular](#) (BNCC).

O Saeb é realizado desde 1990. O evento é bienal. A partir da administração Jair Bolsonaro passou a avaliar a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Reúne as avaliações externas desenvolvidas pelo Inep, em cumprimento da [Constituição](#).

A BNCC tem por objetivo nortear as propostas pedagógicas e os currículos das escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, públicas e da livre iniciativa.

O fracasso da alfabetização até o 2º ano do ensino fundamental foi demonstrado em Língua Portuguesa: 66,8% dos alunos não conseguem identificar a finalidade de um texto e diferenciar textos diversos, como, por exemplo, um cartaz de uma lista de compras. O aprendizado em Matemática revela outro desastre educacional: 68,3% desses alunos não conseguem identificar num calendário o dia da semana em que um determinado mês se inicia. Não conseguem posicionar também números de 7 a 14 em ordem decrescente.

O Inep informa que, por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede particular (Art. 209, inciso II, da Constituição), “o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais”.

A educação é um direito social, assegurado pelo art. 6º da Constituição. Uma educação de qualidade, que promova a ascensão de crianças, adolescentes e jovens a níveis educacionais superiores, incluindo a pós-graduação, em níveis de mestrado e doutorado, a formação para o exercício da cidadania e de profissões.

A erradicação do analfabetismo e a melhoria da qualidade do ensino, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, é prevista no art. 214 da Constituição, aprovada em 1988. Passados 32 anos, o analfabetismo ainda é um problema a ser resolvido.

O art. 9º da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), dispõe que “a União incumbir-se-á de: I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;[...]”.

Entre o primeiro e o segundo plano decenal da educação tivemos um hiato de três anos e meio, entre janeiro de 2011 e junho de 2014. Um desleixo inconcebível.

O 2º plano decenal de educação, aprovado pela [Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014](#) (PNE-2014/2024), entrou em vigor em julho de 2014. Ele consagra, em seu art. 2º, a erradicação do analfabetismo e a melhoria de qualidade da educação. A Meta 5 pretende “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”. A Meta 9 deseja “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional”.

Essas metas dificilmente serão alcançadas até junho de 2024, quando o PNE-2014/2024 encerra o seu decênio.

O presidente Jair Bolsonaro aprovou, pelo [Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019](#), a instituição do [Plano Nacional de Alfabetização](#) (PNA). O objetivo é melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e funcional. Seis componentes essenciais embasam essa política: “consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção escrita”.

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que os dados do Saeb servirão para subsidiar a produção de indicadores para melhorar a qualidade da educação brasileira: “Está na hora de o Brasil não mais olhar envergonhado para crianças de 10, 11 anos que, por essa ou aquela razão, que não sejam apenas sociais, mas pedagógicas, não conseguem sequer ler ou entender o que leem. Está na hora de fazermos essa virada de qualidade”.

Sabemos que não cabe, exclusivamente, ao Ministro da Educação resolver esse problema secular no Brasil. Há que ter a adesão uníssona dos 27 governadores, das assembleias legislativas, dos 5.570 prefeitos e os quase 60 mil vereadores. Todavia, cabe ao ministro Milton Ribeiro coordenar, efetivamente, as ações que possam resolver esse problema social, um dos entraves ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Das duas, uma, ou o problema não tem solução ou a solução talvez só não tenha sido encontrada.

Que tal INVESTIR de forma maciça no:

- profissional que executa o investimento na formação dos profissionais da educação, nos salários;
- ambiente escolar ainda tão inadequado aos novos tempos como se investe no ambiente e nos recursos materiais e tecnológicos de trabalho dos que estão no topo;

– que ocupa a ponta da cadeia educacional, nosso educando, nossa criança, nosso jovem, aquele que vai não só melhorar as estatísticas, mas ser o novo brasileiro com um bom nível de leitura, de escrita, de cálculo.

Vamos investir aí toda nossa decisão política, e não politqueira, todo o dinheiro necessário para que a solução, afinal, apareça.

ALFABETIZAR É INVESTIR. E INVESTIR COM TUDO DA MELHOR QUALIDADE!

“É mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida a compreensão de seus deveres, que um povo ignaro, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso”.

“O papel da instrução é preparar e formar homens capazes e úteis à sociedade; o papel do governo é fornecer meios fáceis de se adquirir a instrução, disseminando escolas e patrocinando iniciativas boas confiadas à competência e ao amor de quem promove tão nobilitante tarefa”.

Prof. Carlos Alberto Gomes Cardim

Diretor da Escola Normal Caetano de Campos

Educador e Inspetor de Alunos, 1909

Irmão do fundador do

Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Pedro Augusto Gomes Cardim.